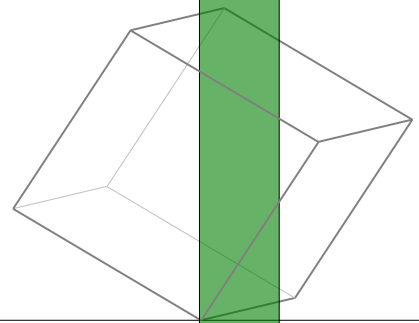


REVISÃO DO PDM DE PENAMACOR



AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

RESUMO NÃO TÉCNICO



Câmara Municipal de Penamacor



JULHO 2015

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE PENAMACOR

Volume I – Resumo Não Técnico

Volume II – Relatório Ambiental

INDICE

1	INTRODUÇÃO	7
2	OBJECTIVOS	8
3	OBJECTO DE AVALIAÇÃO	9
4	ENVOLVIMENTO PÚBLICO E INSTITUCIONAL.....	13
5	QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO.....	15
6	FACTORES CRÍTICOS DE DECISÃO.....	19
7	ANÁLISE DE INCOMPATIBILIDADES E SINERGIAS.....	21
8	ANÁLISE SWOT - SITUAÇÃO EXISTENTE E ANÁLISE TENDENCIAL.....	22
9	AVALIAÇÃO DE OPORTUNIDADES E RISCOS DECORRENTES DA REVISÃO DO PLANO	24
10	SÍNTESE DE OPORTUNIDADES E RISCOS.....	26
11	SINTESE DAS DIRECTRIZES DE GESTÃO E MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO DOS EFEITOS DO PLANO.....	28
12	SINTESE DO QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A ACÇÃO	30
13	PLANO DE SEGUIMENTO E QUADRO DE CONTROLO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO.....	32
14	CONCLUSÃO	36

1 INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico (RNT) ao Relatório Ambiental do processo de Avaliação Ambiental Estratégica relativo à Revisão do Plano Director Municipal de Penamacor, promovido pela respetiva Câmara Municipal.

O objetivo da AAE consiste em identificar, descrever e avaliar os eventuais efeitos significativos no ambiente, relativamente às propostas de alteração do PDM, através da sistematização de oportunidades (impactes positivos) e riscos (impactes negativos), relativamente à revisão do PDM, e propor diretrizes que permitam apoiar a implementação da revisão do PDM.

A revisão do Plano Director Municipal de Penamacor encontra-se sujeita a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), nos termos do disposto nas alíneas c) do n.º 2, do art. 86º, do D.L. n.º 380/99, de 22 de Setembro, com alterações introduzidas e republicação operada pelo D.L. n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, e a) do n.º 1 do artigo 3º do D.L. n.º 232/2007, de 15 de Junho, que transpõe para o direito nacional, a Diretiva Europeia 2001/42/CE, de 25 de Junho.

O presente RNT pretende sintetizar a informação relevante que resultou da AAE efetuada, nomeadamente as oportunidades e riscos de natureza ambiental e estratégica identificados, bem como as diretrizes de gestão sustentável e ainda um Plano de seguimento da execução do PDM, com um princípio orientador para a sustentabilidade ambiental ao PDM.

É recomendada a consulta do Relatório Ambiental para uma apreensão mais rigorosa e aprofundada do exposto no presente RNT.

2 OBJECTIVOS

O objetivo da elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica da revisão do Plano Director Municipal de Penamacor, dando cumprimento à legislação em vigor (no art. 2º do DL nº 232/2007), é identificar, descrever e avaliar as consequências das opções estratégicas, concretizadas no conteúdo do plano (Peças escritas e desenhadas), ao nível dos seus impactes de natureza estratégica, designadamente oportunidades e riscos de índole ambiental.

Os Fatores Críticos identificados para levar a cabo a Avaliação Ambiental Estratégica sobre a proposta de revisão do PDM de Penamacor foram cinco: **Ordenamento do território, Qualidade Ambiental, Riscos naturais e Tecnológicos, Biodiversidade e Património Cultural.**

A presente AAE pretende também definir um quadro de Diretrizes de minimização dos efeitos negativos, um quadro de Governança para a ação e ainda, fundamentalmente, um quadro de Seguimento/Controlo da implementação do plano, com vista ao acompanhamento das oportunidades e riscos previstos no âmbito da presente.

3 OBJECTO DE AVALIAÇÃO

O objeto da presente Avaliação Ambiental Estratégica incide sobre os propósitos da revisão do Plano Director Municipal de Penamacor, que visa a promoção dos recursos naturais, no património, a qualificação de espaços industriais e empresariais infra-estruturados e no desenvolvimento da atividade turística.

Os Objetivos Estratégicos subjacentes à revisão do PDM de Penamacor são:

- 1. Melhoria da qualidade de vida da população residente** – Trata-se de um objetivo prioritário para combater a perda continuada de população que se verifica nas últimas décadas, através do desenvolvimento de mecanismos que assegurem uma melhoria generalizada das condições de vida das populações, que funcione como uma forma de fixação de população, mas também como elemento atrativo de novos residentes.
- 2. Dinamização e modernização da economia local** – Pretende-se fomentar o desenvolvimento económico, através da criação de espaços infraestruturados, aposta na inovação e novas tecnologias e potenciação dos principais grandes sectores económicos e competitivos do município, nomeadamente a produção agrícola de qualidade e, especialmente, o sector turístico.
- 3. Promoção de uma gestão ambiental sustentável dos recursos naturais existentes** – Potenciar o aproveitamento dos recursos naturais existentes no município, em diversos níveis (e.g. turismo, produtos agrícolas endógenos) e sua gestão sustentável.

A associação destes três objetivos estratégicos mobiliza 5 objetivos específicos, para os quais a revisão do PDM deve contribuir positivamente, nomeadamente os seguintes:

OE I – Criação de uma envolvente para o desenvolvimento;

OE II – Dinamização da atividade turística;

OE III – Valorização dos recursos humanos e desenvolvimento social;

OE IV – Valorização e promoção da produção agrícola de qualidade;

OE V – Promoção, valorização e preservação do património natural e paisagístico.

Cada um dos Objetivos supra-referidos é composto por conjunto de medidas/iniciativas territoriais propostas que procuram materializar os Objetivos Estratégicos Globais anteriormente referidos.

O Quadro 1 elenca algumas das principais ações e iniciativas que a autarquia pretende levar a cabo no sentido de cumprir o disposto nos Objetivos Estratégicos propostos na revisão do PDM.

Quadro 1 – Ações e medidas previstas para cada Objectivo Estratégico do Plano Director Municipal de Penamacor.

Objetivos Estratégicos	Objetivos Específicos	Medidas
Melhoria da qualidade de vida da população residente	I Criação de uma envolvente para o desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> - Centro de Congressos Ribeiro Sanches; - Ampliação da Zona Industrial de Penamacor; - Implementação de mais parques eólicos; - Parque Termo-Solar; - Central de Biomassa; - Ligação de Penamacor à A23; - Beneficiação de algumas vias (ER346 Penamacor/Rio Torto e alguns caminhos agrícolas e rurais); - Programa de habitação a custos controlados; - Várias Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (PU de Penamacor e Planos de Pormenor).
Dinamização e modernização da economia local	II Dinamização da actividade turística	<ul style="list-style-type: none"> - Hotel Quinta do Calafado (Malcatur); - Termas de Águas; - Aproveitamento turístico da zona envolvente da Albufeira da Meimoa; - Várias UOPG visando aproveitamento turístico; - Promoção de unidades de turismo em espaço rural; - Desenvolvimento de programas de turismo de natureza e de aventura; - Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado;
Promoção de uma gestão ambiental sustentável dos recursos naturais existentes	III Valorização dos recursos humanos e desenvolvimento social	<ul style="list-style-type: none"> - Hospital de Retaguarda – Unidade de Cuidados Continuados; - Aposta em cursos técnico-profissionais como forma de qualificar e formar os jovens; - Reforçar as acções de formação em áreas emergentes, como o apoio a idosos e a pessoas com necessidade de cuidados especiais; - Criação de uma estrutura de apoio vocacional para os jovens em idade escolar;

Objetivos Estratégicos	Objetivos Específicos	Medidas
	IV Valorização e promoção da produção agrícola de qualidade	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de um Gabinete de Apoio ao Empresário; - Dinamização de pequenas feiras temáticas e outros eventos de cariz comercial, para revitalização do mercado municipal; - Reforçar a divulgação do programa Penamacor Finicia; - Apostar no desenvolvimento da fileira do Azeite, Azeitona e derivados, aproveitando a área de olival e alguma indústria consolidada nesta área; - Motivar os agricultores para a Agricultura Biológica, através de acções de informação e divulgação de carácter periódico; - Apoiar os processos de certificação dos produtos locais e a produção biológica: azeite, queijo e enchidos.
	V Promoção, valorização e preservação do património natural e paisagístico	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de um centro de investigação de natureza na Serra da Malcata; - Qualificação dos parques de campismo; - Promoção da criação de percursos pedestres e requalificação dos existentes; - Promoção de criação de percursos interpretativos da natureza/paisagem; - Integração das áreas naturais numa política de promoção de desenvolvimento territorial; - Inventariar o património construído e diagnosticar as suas patologias; - Promover a reabilitação do património arquitectónico e dos conjuntos edificados com valor; - Dar continuidade ao projecto de reabilitação e de revitalização do “Cimo da Vila”;

A Figura 1 localiza algumas das principais medidas a implementar/promover propostas na revisão do PDM de Penamacor.

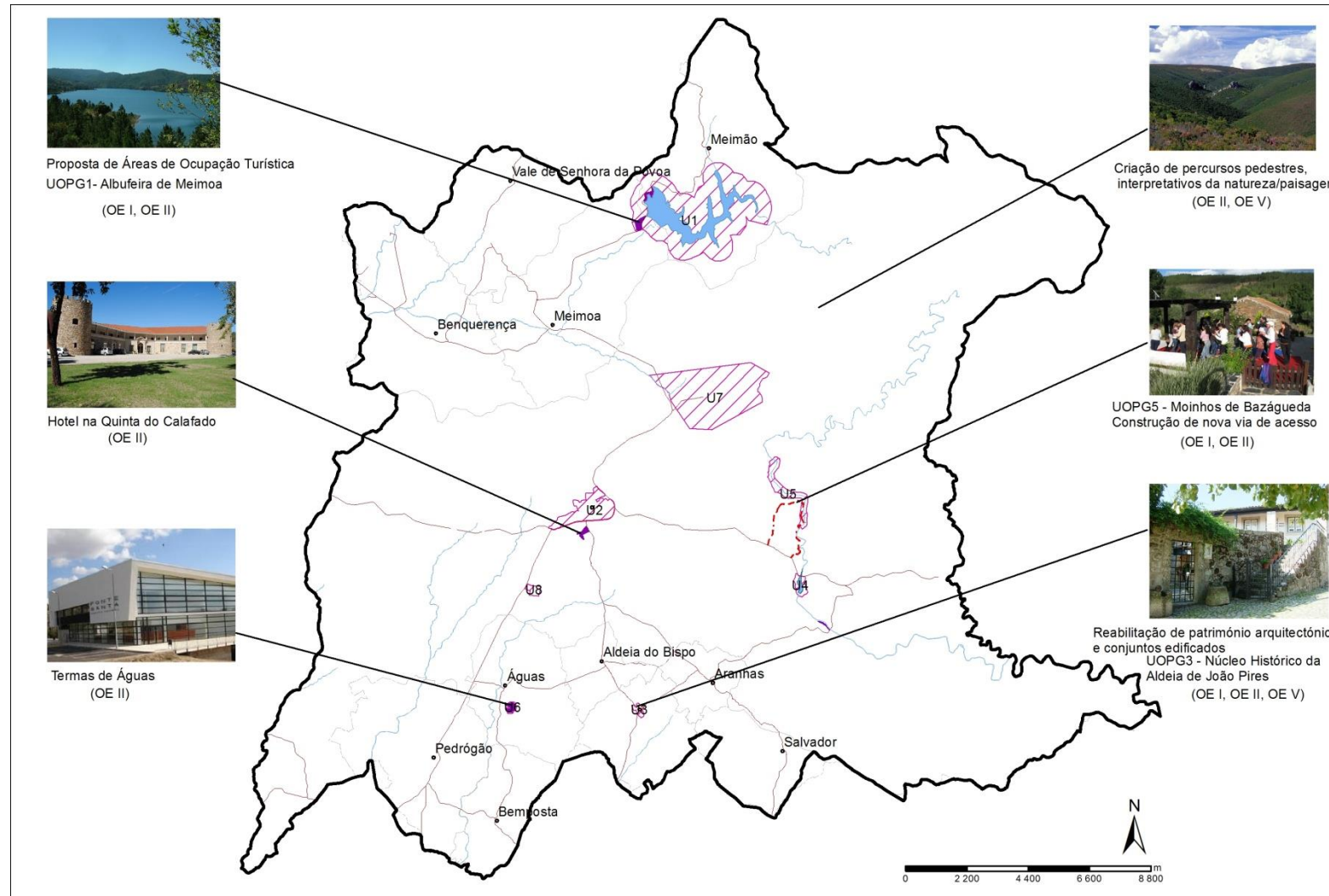


Figura 1 – Localização indicativa de algumas medidas previstas no âmbito da revisão do PDM de Penamacor.

4 ENVOLVIMENTO PÚBLICO E INSTITUCIONAL

Decorridos 8 anos após a entrada em vigor do PDM (ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 69/94, de 18 de Agosto e alterado pela Declaração n.º151/98 de 4 de Maio), a Câmara Municipal de Penamacor deliberou, em 30 de Janeiro de 2002, dar início ao processo de revisão do atual PDM, por considerar necessária, e premente, a supressão de deficiências e a agilização da gestão do Plano, de modo a garantir um ordenamento do território mais adequado à realidade atual do concelho e da região onde este se insere.

O envolvimento institucional iniciou-se em Outubro de 2003 com a publicação da Comissão O envolvimento institucional iniciou-se em Outubro de 2003 com a publicação da Comissão Mista de Coordenação (CMC), desde então diversas reuniões têm realizado a apreciação dos diferentes aspetos técnicos. Segundo o Despacho n.º 22497/2003, as entidades representadas na CMC são: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Câmara Municipal de Penamacor, Instituto da Conservação da Natureza (atualmente Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta), Instituto da Água (atualmente Agência Portuguesa do Ambiente), Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Direcção-Geral das Florestas (atualmente Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta), Direção Regional do Centro do Ministério da Economia (atualmente Direção Regional da Economia do Centro), Rede Elétrica Nacional, Direcção-Geral do Turismo (atualmente Turismo de Portugal, IP), Instituto Geológico e Mineiro (atualmente Direção Geral de Energia e Geologia), Estradas de Portugal, SA, Instituto de Infraestruturas Rodoviárias, Instituto Português do Património Arquitectónico (atualmente Direção Geral do Património Cultural), Direção de Serviços Região Centro da Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, Administração Regional de Saúde do Centro, Centro Regional de Segurança Social de Castelo Branco Instituto Português do Desporto e Juventude e Águas do Zêzere e Côa.

Para efeitos de determinação do âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica (Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão) prenunciaram-se as seguintes as Entidades com Responsabilidades Específicas (ERAE):

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Centro – CCDR-C;
- Autoridade Nacional de Proteção Civil – ANPC;
- Administração da Região Hidrográfica do Centro, IP – ARH – Centro (atualmente Agência Portuguesa para o Ambiente);
- Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade – ICNB (atualmente Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta);
- Autoridade Nacional Florestal – AFN (atualmente Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta);
- Administração Regional de Saúde do Centro – ARS-C, I.

O presente Relatório Ambiental (bem como este Resumo Não Técnico) será submetido às ERAE ainda antes da apresentação do PDM e o Relatório Ambiental serem posteriormente levados a Consulta Pública. Finda a Consulta Pública e aprovado o plano.

Finda a Consulta Pública e aprovado o plano, a entidade responsável pela elaboração e execução do plano enviará à Agência Portuguesa de Ambiente e às entidades referidas no n.º1 do artigo 7.º de acordo com o n.º3 do art.º. 10 do D.L. nº 58/2011, de 4 de Maio uma Declaração Ambiental onde consta a forma como as considerações ambientais e o Relatório Ambiental foram integrados no plano, entre outras, de acordo com o n.º1 do art. 10º do D.L. n.º 232/2007, de 15 de Junho, e a respetiva alteração com o D.L. nº 58/2011, de 4 de Maio.

5 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

O Quadro de Referência Estratégico permite enquadrar a proposta do PDM em análise, no conjunto de planos, programas e estratégias nacionais, regionais ou municipais que servem de referencial à avaliação ambiental estratégica:

- Plano Nacional da Política de Ordenamento Territorial – PNPOT
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – ENDS (2005 – 2015)
- Programa Operacional Temático Valorização do Território – POTVT
- Plano Nacional da Água – PNA
- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para o período de 2007-2013 – PEAASAR II
- Estratégia Nacional para Efluentes Agro-Pecuários e Agro-industriais - ENEPAI (2007-2013)
- Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água - PNUEA
- Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos para o período de 2007-2016 - PERSU II
- Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (2014-2020) – PETI3+
- Plano Rodoviário Nacional - PRN2000;
- Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação – PANCD
- Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade – ENCNB
- Estratégia Nacional para as Florestas – ENF
- Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PNDFCI
- Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde - PNAAS
- Plano Estratégico Nacional do Turismo – PENT
- Plano Nacional de Desenvolvimento Rural – PNDR;
- Programa Nacional de Ação para o Crescimento e Emprego-PNACE
- Plano Sectorial da Rede Natura 2000 – PSRN 2000
- Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética – PNAEE
- Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro - PROTC
- Programa Operacional da Região Centro - Centro 2020
- Plano de Gestão das Bacias Hidrográfica do Tejo – (RH5)
- Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata – PORNMS

- Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Sul – PROFBIS
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – PMDFCI
- Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Penamacor – PMEPCP

O Quadro 2 procura sumarizar a informação relativa à convergência do Quadro de Referência Estratégico e dos objetivos estratégicos da revisão do PDM.

Quadro 2 – Síntese da convergência entre o Quadro de Referência Estratégico e os objetivos estratégicos do PDM de Penamacor em revisão.

QRE	PDM Penamacor				
	I. Criação de uma envolvente para o Desenvolvimento	II. Dinamização do Turismo	III. Valorização dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Social	IV. Valorização e Promoção da Produção Agrícola de Qualidade	V. Promoção, Valorização e Preservação do Património Natural e Construído
PNPOT	●	●	○	●	○
ENDS	○	●	●	○	●
POTVT	●	●	○	●	●
PNA	●	○	○	●	●
PEAASAR II	●	○	○	●	●
ENEAPAI	●	○	○	●	○
PNUEA	●	○	○	●	○
PERSU II	●	○	○	○	○
PETI3+	●	●	○	○	○
PRN2000	●	●	○	○	○
PANCD	●	●	●	●	●
ENCNB	○	●	○	○	●
ENF	●	●	○	●	●
PNDFCI	●	●	○	●	●
PNAAS	○	○	●	●	○
PENT	●	●	●	○	●
PNDR	●	○	●	●	●
PNACE	●	○	●	○	○
PSRN2000	○	○	○	○	●
PNAEE	●	○	○	○	○
PROTC	●	●	●	●	●
CENTRO 2020	●	●	●	●	●
PBHT	●	○	○	○	●
PORNSM	●	○	○	○	●
PROFBIS	●	○	○	●	●
PMDFCI	●	●	○	●	○
PMEPCP	●	●	○	●	○

○ LIGAÇÃO FRACA ● LIGAÇÃO MÉDIA ● LIGAÇÃO FORTE

6 FACTORES CRÍTICOS DE DECISÃO

Atendendo aos Objetivos estratégicos do plano, ao Quadro de Referência Estratégico definido e às principais problemáticas do ponto de vista ambiental existentes no município de Penamacor, consideram-se na presente AAE da Revisão do Plano Diretor Municipal de Penamacor os Fatores Críticos de Decisão constantes no Quadro 3.

Quadro 3 – Fatores Críticos de Decisão considerados na AAE da revisão do PDM de Penamacor.

Fator Crítico de Decisão	Descrição
Ordenamento do Território	Pretende avaliar os efeitos da revisão do Plano sobre o ordenamento do território, com destaque para os diferentes usos e aptidões do solo, a dimensão de qualificação dos recursos humanos endógenos e sua relação com a fixação de atividades de valor acrescentado e avaliar a forma como é promovido o espaço rural e a sua relação com a estrutura urbana.
Qualidade Ambiental	Pretendem-se identificar possíveis consequências decorrentes de ações previstas na proposta de revisão do PDM, que possam vir a ter influência na qualidade ambiental e que correspondem aos impactes de natureza estratégica, positivos e negativos face aos aspetos ambientais: recursos hídricos, resíduos, ambiente acústico, qualidade do ar e energia.
Riscos Naturais e Tecnológicos	Pretende-se avaliar a contribuição do PDM de Penamacor para a prevenção de riscos naturais, através de uma análise que avalia as oportunidades e os riscos, que correspondem aos impactes de natureza estratégica, positivos e negativos face aos aspetos: incêndios, erosão dos solos, cheias, contaminação e explosão.
Biodiversidade	Avaliar as principais consequências da Revisão do Plano Diretor Municipal sobre os valores naturais de interesse conservacionista (flora, fauna, habitats) e demais valores fundamentais para a sua conservação presentes no município de Penamacor.
Património Cultural	Avaliar a forma como os recursos culturais contribuem para a valorização do território; avaliar a importância deste fator como suporte indispensável ao desenvolvimento sustentável do município; avaliar o contributo do Plano para a preservação e valorização do património cultural, designadamente o arquitetónico e arqueológico.

Para cada Fator Crítico de Decisão foi definido um conjunto de critérios de avaliação e de indicadores que conferem uma dimensão analítica aos FCD, estabelecendo o âmbito da avaliação e o nível de pormenor da informação analisada.

7 ANÁLISE DE INCOMPATIBILIDADES E SINERGIAS

Apresenta-se de seguida as potenciais incompatibilidades e sinergias que possam ocorrer entre os Objetivos estratégicos do próprio PDM (Quadro 4). O objetivo desta análise é o de detetar potenciais razões de sinergias entre objetivos estratégicos, que motivem oportunidades, bem como potenciais conflitos que constituam um risco ao desenvolvimento do Concelho. As potenciais incompatibilidades e sinergias identificadas foram alvo de uma análise mais atenta no Relatório Ambiental.

Quadro 4 - Matriz de Incompatibilidades e Sinergias entre Objetivos estratégicos do PDM de Penamacor.

OE I	OE I					
OE II	A	OE II				
OE III		C	OE III			
OE IV				OE IV		
OE V	B	D		E	F	OE V

Sinergia

Conflito Potencial

Sem Relação

INCOMPATIBILIDADES E SINERGIAS IDENTIFICADAS:

A – Sinergia entre a criação de uma envolvente para o desenvolvimento e a aposta na dinamização do turismo, como componente estratégica para o desenvolvimento económico no município;

B - Potencial conflito entre a proposta de construção de novas vias, parques eólicos e outras estruturas de produção energética e a preservação do património natural no município;

C – Sinergia entre a valorização dos recursos humanos (qualificação e formação de jovens) e a dinamização do turismo;

D – Sinergia entre a dinamização do turismo e promoção do património natural e construído como vetores de atracção turística;

E – Sinergia entre a promoção da produção agrícola de qualidade (e.g. agricultura biológica) e a preservação do património natural;

F – Potencial conflito entre a promoção da produção agrícola e a preservação do património natural, nomeadamente a nível de ocupação de possíveis áreas com valor natural para expansão agrícola.

8 ANÁLISE SWOT - SITUAÇÃO EXISTENTE E ANÁLISE TENDENCIAL

O Quadro 5 apresenta uma análise SWOT da situação existente e tendencial do Concelho de Penamacor para os Fatores Críticos para a Decisão selecionados no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica, dando a indicação sobre os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças ao território municipal.

Quadro 5 – Análise SWOT da situação atual do município de Penamacor, à luz do PDM em vigor.

Fator Crítico para a Decisão	Forças	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
Ordenamento do Território	<ul style="list-style-type: none"> - Condições favoráveis para desenvolvimento de produção agrícola (e.g. aproveitamento hidroagrícola da Cova da Beira; extensa área de olival); - Presença de importantes valores naturais e paisagísticos (Serra da Malcata); - Herança patrimonial arquitetónica e arqueológica de elevado valor, com potencial para a afirmação enquanto pólo turístico; - Elevado grau de ocupação da zona industrial existente; - Reduzida área ocupada com edificação dispersa no município; - Elevado grau de ordenamento cinegético. 	<ul style="list-style-type: none"> - Isolamento geográfico relativamente aos principais pólos regionais (Covilhã, Guarda, Castelo Branco); - Acentuado decréscimo populacional nas últimas décadas; - Envelhecimento da população nas últimas décadas; - Reduzida capacidade de atracção e fixação de população, principalmente jovens; - Extensa área de utilização condicionada por motivos ecológicos (e.g. REN, SNAC); - Integração em sub-regiões com reduzida aptidão para produção florestal, que resulta num sector florestal pouco consolidado, com pouquíssima área integrada em ZIF; - Índice do poder de compra per capita muito abaixo das médias nacionais e regionais; - Diminuta oferta hoteleira, incapaz de sustentar o crescimento do turismo; 	<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento da representatividade do sector terciário e revitalização do sector primário; - Melhoria da oferta para instalação de empresas e indústrias no município; - Aposta na diversificação das atividades económicas; - Valorização da fileira dos produtos locais e gastronomia tradicional (e.g. azeite) - Melhoria de acessibilidades de ligação aos principais nós rodoviários; - Desenvolvimento previsto da oferta hoteleira e turística no município (Hotel da Quinta do Calafado, Termas de águas). - Potencial do sector cinegético para diversificar a economia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Taxa de desemprego elevada, muito superior à média da sub-região; - Queda acentuada de trabalhadores no sector primário nas últimas décadas; - Ausência de espaços disponíveis para a instalação de indústrias; - Susceptibilidade a incêndios florestais associada a extensas áreas de povoamentos florestais de resinosas e eucaliptos; - Ausência de exploração de recursos geológicos; - Rede de acessibilidades externas fragilizada pela distância às principais auto-estradas e à tipologia das estradas de ligação;
Qualidade Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Adesão ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento e de Saneamento de águas residuais Águas do Zêzere e Côa, S.A.; - Elevada cobertura da rede de abastecimento de água; - Elevada Cobertura da rede de Saneamento; - Boa qualidade da água de abastecimento; - Elevada cobertura da rede de RSU; - Cobertura da rede de equipamentos da recolha seletiva de resíduos acima da meta comunitária; - Parques eólicos em funcionamento e condições favoráveis à localização de mais infra-estruturas da mesma natureza do concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Captações de abastecimento de água sem delimitação dos perímetros de proteção; - Eficiência Energética: inexistência de certificação energética e sistemas de microgeração em edifícios da autarquia; - Fraca Qualidade das águas subterrâneas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação da Zona Industrial existente; - Implementação de mais parques eólicos; - Delimitação dos perímetros de proteção, das captações de água para abastecimento; - Ruído: resolução das zonas de conflito acústico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conjuntura económica desfavorável a investimentos; - Elevada percentagem de perdas de água na rede de abastecimento;
Riscos Naturais e Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> - Redução do número de incêndios florestais ao longo dos últimos anos; - Baixa percentagem de área total do concelho ardida; - Reduzida área do município sujeita a Risco muito elevado de perigosidade de incêndio; - Reduzido risco de erosão; 	<ul style="list-style-type: none"> - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios desatualizado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização do papel ambiental da floresta, nas políticas nacionais; - Promoção dos espaços naturais do concelho; - Promoção de uma gestão florestal sustentável, que reduza o risco de incêndio e valorize a matéria-prima; - Atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta 	<ul style="list-style-type: none"> - Conjuntura económica desfavorável a investimentos; - Redireccionamentos dos fundos comunitários para outro tipo de projetos.

Fator Crítico para a Decisão	Forças	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> - Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil atualizado. 		<ul style="list-style-type: none"> Contra Incêndios. 	
Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> - Presença de uma área natural de elevada importância, serra da Malcata, classificada como Reserva Natural, Sítio de Interesse Comunitário e Zona de Proteção Especial; - Ocorrência de corredores ecológicos naturais (e.g. rio Bazágueda, rio Torto). - Zona de transição entre diferentes províncias botânicas, com elevada biodiversidade associada; - Ausência de povoamentos de espécies florestais invasoras (e.g. mimosa); - Ausência de vias fechadas (e.g. autoestradas) que constituam barreiras para a deslocação de fauna. - Património natural muito rico e que inclui espécies protegidas e ameaçadas (e.g. lobo, lince-ibérico, águia-real), e habitats com estatuto de proteção; - Elevado interesse paisagístico, com diversidade de elementos naturais; - Elevado grau de ordenamento cinegético do município. 	<ul style="list-style-type: none"> - Extensas áreas de monocultura de pinheiro e eucalipto, em sub-regiões florestais onde a função de produção não é prioritária. - Expressividade de área degradada paisagisticamente por incêndios florestais; - Reduzida expressividade de povoamentos florestais autóctones (e.g. carvalho); - Conhecimento da biodiversidade no concelho, praticamente limitado às áreas incluídas no sítio da Rede Natura 2000; - Reduzida capacidade de atracção de visitantes, que possam valorizar o património natural do município. 	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade para articulação do PDM com as disposições legais associadas à definição do Sítio Serra da Malcata e das orientações de gestão associadas, presentes no Plano Sectorial da Rede Natura 2000; - Recuperação e gestão de habitats para reintrodução de lince-ibérico; - Oportunidade para atualização da caracterização e distribuição dos valores naturais presentes no município e sua relevância; - Aproveitamento das espécies autóctones para produção de madeira de qualidade (e.g. folhosas autóctones); - Reversão de povoamentos florestais de resinosas e eucalipto em floresta autóctone (carvalho, sobreiro) - Valorização do potencial cinegético do município; - Aproveitamento da imagem do lince como elemento identificador e valorizador dos produtos locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Degradação dos espaços florestais devido a risco de fogos florestais, abandono, expansão de doenças (e.g. nemátode do pinheiro) e proliferação de espécies florestais invasoras (e.g. mimosa); - Construção de novas infra-estruturas geradoras de impactes negativos a nível dos valores ecológicos e paisagísticos (e.g. parques eólicos); - Expansão agrícola associada ao perímetro de irrigação da barragem de Meimosa; - Pressão cinegética na envolvente da Reserva Natural.
Património cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Diversidade e quantidade do património arqueológico e arquitetónico; - Existência de imóveis classificados como Imóveis de Interesse Público; - Existência de programa de incentivos à recuperação de fachadas, coberturas e vãos de imóveis degradados nos aglomerados urbanos 	<ul style="list-style-type: none"> - Estado de degradação de algum património arquitetónico; - Deficiente aproveitamento da aptidão cultural, recreativa e turística dos imóveis classificados e com interesse. 	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização do património arquitetónico como fator de desenvolvimento do sector turístico do concelho; - Reabilitação do património arquitetónico (nomeadamente solares e moradias senhoriais) para criação de unidades de alojamento turístico; - Definição de Imóveis de Interesse Municipal; - Criação de redes/roteiros regionais para valorização e divulgação do património. 	<ul style="list-style-type: none"> - Abandono gradual dos elementos construtivos tradicionais (e.g. xisto e granito); - Proliferação de edifícios de carácter contemporâneo com tipologia e materiais dissonantes das casas tradicionais; - Reduzidos apoios estatais para a reabilitação do património e realização de escavações arqueológicas; - Ausência de progressos visíveis no processo de classificação dos elementos arquitetónicos propostos para classificação no PDM em vigor.

9 AVALIAÇÃO DE OPORTUNIDADES E RISCOS DECORRENTES DA REVISÃO DO PLANO

O Quadro 5 apresenta uma análise SWOT da situação existente e tendencial do Concelho de Penamacor para os Fatores Críticos para a Decisão selecionados no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica, dando a indicação sobre os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças ao território municipal.

Quadro 6 – Análise SWOT da situação atual do município de Penamacor, à luz do PDM em vigor.



















Fator Crítico para a Decisão	Oportunidades	Ameaças
Ordenamento do Território	<ul style="list-style-type: none"> - Qualificação e criação de espaços para atividades empresariais e industriais (ampliação de zona industrial de Penamacor e criação de área em Salvador); - Promoção de emprego e diversificação de atividades económicas, sendo previsível o aumento da competitividade e produtividade do concelho; - Maior desenvolvimento da Atividade Turística (e.g. termas de águas, reabilitação de núcleos históricos, percursos de natureza e aventura) e potencial sinergia com outros municípios vizinhos com ofertas semelhantes (possibilidade de criação de roteiros regionais) e aumento da oferta de alojamento turístico no município. - Possibilidade para a atracção e fixação de habitantes no município, associada à promoção e diversificação das atividades económicas no município e alterando as tendências das taxas de desemprego e crescimento efetivo atualmente existentes; - Aposta na valorização de produtos tradicionais com possibilidade de exportação (e.g. azeite); - Oportunidade para evitar a edificação dispersa e reordenar o território; - Constituição de Estrutura Ecológica Municipal, com elevada representatividade (36% da área do concelho); - Requalificação de espaços urbanos (e.g. Centros Históricos de Penamacor, Aldeia de João Pires); - Integração das áreas da Rede Natura 2000 no regulamento municipal; 	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção de um cenário de diminuição das taxas de natalidade e de crescimento efetivas registadas nas últimas décadas; - Constrangimentos ao investimento financeiro devidos a fatores externos ao município (retração da economia nacional); - Manutenção do Índice de Poder de Compra muito abaixo da média nacional; - Susceptibilidade a fogos florestais; - Oferta turística com muitas similaridades com outros municípios vizinhos que pode resultar em concorrência e não em sinergias com os mesmos; - Ausência de medidas no âmbito do sector da exploração de recursos geológicos; - Ausência de uma aposta clara no sector cinegético como potencial fonte de receitas para a economia do município, nomeadamente a nível das ZCT.
Qualidade Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Delimitação dos perímetros de proteção, das captações de água para abastecimento; - Estabelecimento de estratégias municipais para as energias renováveis; - Expansão da Zona Industrial e deslocalização das indústrias dispersas pelo concelho para a Zona Industrial; - Implementação de mais parques eólicos; - Monitorização à qualidade do ar; 	<ul style="list-style-type: none"> - Conjuntura económica desfavorável a investimentos; - Elevada percentagem de perdas de água na rede de abastecimento; - Degradação do ambiente natural; - Degradação da Qualidade da água subterrânea; - Potencial degradação do ambiente natural devida à criação de novos empreendimentos turísticos, novos espaços industriais e conseqüente aumento do tráfego automóvel, nomeadamente o pesado, bem como pela constituição de eventuais focos de poluição (sobretudo em casos acidentais ou falta de fiscalização).
Riscos Naturais e Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização do papel ambiental da floresta, nas políticas nacionais; - Promoção dos espaços naturais do concelho; - Promoção de uma gestão florestal sustentável, que reduza o risco de incêndio e valorize a matéria-prima; - Atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios; 	<ul style="list-style-type: none"> - Conjuntura económica desfavorável a investimentos; - Redirecionamentos dos fundos comunitários para outro tipo de projetos; - Degradação do ambiente natural devido às unidades industriais poluentes dispersas pelo concelho; - Potencial contaminação de captações de água com cinzas e sedimentos arrastados após os incêndios;




Fator Crítico para a Decisão	Oportunidades	Ameaças
		<ul style="list-style-type: none"> - Susceptibilidade a fogos florestais; - Aumento da erosão dos solos devido aos incêndios e precipitações fortes.
Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> - Conservação das diferentes áreas incluídas no SNAC associadas à Serra da Malcata (reduzido numero de conflitos com as propostas da revisão do PDM, sem que sejam expectáveis efeitos negativos significativos); - Elevada biodiversidade presente no município e possibilidade de aumentar o conhecimento sobre a biodiversidade em todo o concelho (associado à criação de um centro de investigação da natureza); - Constituição de Estrutura Ecológica Municipal, que abrange cerca de 36% do município e com elevada representatividade dos corredores ecológicos definidos no PROT-C (71%); - Reconversão de áreas de povoamentos florestais em regime de monocultura para floresta autóctone (Espaços Florestais de Conservação) e ausência de áreas classificadas como Espaços Florestais de Produção; - Aposta nos produtos agrícolas tradicionais como fator de desenvolvimento, com importantes efeitos expectáveis a nível da conservação da paisagem rural. - Elevado número de pontos de interesse paisagístico e previsível conservação da paisagem rural (reduzida área urbana e aposta na valorização deste recurso como atrativo turístico). - Elevada representatividade de áreas de atividade cinegética regulada (ZCT, ZCA, ZCM). 	<ul style="list-style-type: none"> - Proposta de localização de parque de sucatas em área integrante da Estrutura Ecológica Municipal; - Susceptibilidade a incêndios florestais associada aos extensos povoamentos de monocultura de resinosas e eucalipto; - Risco de invasão biológica associada à expansão de acácias após ocorrência de incêndios florestais; - Reduzida representatividade da área do município sob algum tipo de regime de gestão florestal (ZIF ou Regime Florestal); - Proposta de novas vias rodoviárias (pouco significativo); - Possibilidade de instalação de parques eólicos no concelho e conseqüente potencial de degradação paisagística; - Ausência de medidas que visem potenciar a exploração dos recursos cinegéticos como fator de valorização económica.
Património cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Riqueza em locais de valor arquitetónico (3 Imóveis de Interesse Público, 3 Imóveis em vias de Classificação e 52 considerados como Outro Património Relevante) e arqueológico (181 locais); - Proposta de UOPG que visam a requalificação urbana: centro histórico da vila de Penamacor (U2), Aldeia de João Pires (U3) e Termas de água (U6) ou de património edificado/histórico: Moinhos de Bazágueda (U5), Zona Mineira (U7); - Aposta na divulgação e valorização turística do património classificados ou em vias de classificado, com efeitos previsíveis na sua conservação e requalificação (várias medidas no âmbito dos OE II e V). 	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de medidas propostas para valorizar o património arqueológico;

10 SÍNTESE DE OPORTUNIDADES E RISCOS

O Quadro 7 resume as oportunidades e riscos associados aos Objectivos Estratégicos do PDM de Penamacor, identificados no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica.

Quadro 7 – Resumo de oportunidades e riscos identificados na AAE.

Critérios de Avaliação do FCD	Objetivos Estratégicos da revisão do PDM de Penamacor				
	OE I	OE II	OE III	OE IV	OE V
Ordenamento do Território					
Qualidade Ambiental					
Riscos Naturais e Tecnológicos					
Biodiversidade					
Património Cultural					

-  – Interacção muito favorável
-  – Interacção ligeiramente favorável ou nula
-  – Interacção desfavorável

11 SÍNTESE DAS DIRECTRIZES DE GESTÃO E MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO DOS EFEITOS DO PLANO

Na sequência da Avaliação Ambiental Estratégica da revisão do PDM de Penamacor resultaram diretrizes de gestão e medidas de minimização dos potenciais efeitos negativos do novo PDM. O Quadro 8 resume as principais diretrizes de gestão e medidas de minimização.

Quadro 8 – Síntese das Diretrizes de Gestão e Medidas de Minimização dos efeitos do Plano.

Fator Crítico para a Decisão	Diretrizes e Medidas de Minimização
Ordenamento do Território	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio à recuperação de edifícios com valor patrimonial e sua conversão em unidades de alojamento, potenciando o desenvolvimento turístico do município; - Elaborar o relatório de conformidade com a Rede Natura 2000; - Apoiar a reconversão florestal em áreas florestais de conservação; - Criação de mecanismos de incentivo à recuperação do património edificado existente em detrimento de novas construções; - Prever a eventual necessidade de áreas de exploração geológica; - Promoção de eventos culturais e desportivos de curta duração que gerem um conjunto de fluxos turísticos importantes para a manutenção e revitalização deste sector; - Apoio à divulgação do potencial cinegético do município, como potencial fonte de fluxos turísticos para o concelho; - Apoio às empresas/empresários agrícolas que fomentem a criação emprego e pretendam valorizar os seus produtos, com medidas de apoio à exportação; - Avaliação sistemática de alternativas para a minimização dos conflitos de usos ou das incidências ambientais provocados pela expansão de infra-estruturas em sistemas ecológicos e recursos naturais considerados fundamentais para a proteção e valorização ambiental do território; - Propor uma adequada localização, após a realização de estudos ambientais apropriados, para as infra-estruturas de produção de energia previstas na revisão do PDM mas não concretizadas (e.g. Parques eólicos, centrais de biomassa); - Promover a requalificação de todos os edifícios públicos, no sentido de proporcionar as condições necessárias a pessoas com mobilidade condicionada; - Desenvolver campanhas de sensibilização e criar incentivos que contrariem os níveis de abandono escolar e elevem o nível médio de qualificação escolar; - Fomento de sinergias regionais através da definição de ações comuns, tais como infra-estruturação de trilhos e percursos da natureza, roteiros e outras ofertas turísticas;
Qualidade Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Fomentar a qualidade de produtos e serviços e a qualidade ambiental das unidades industriais; - Assegurar um adequado planeamento, gestão e monitorização das ETAR existentes no concelho; - Desenvolver e implementar uma estratégia municipal específica orientada para a melhoria da qualidade ambiental das linhas de água do Concelho, em colaboração com os restantes municípios que partilham as mesmas linhas de água; - Identificar e resolver as causas de perdas/fugas no abastecimento de água; - Medidas que visem a preservação das linhas de água e respetivas margens, mais especificamente a promoção do desenvolvimento de vegetação ripícola; - Depender o licenciamento urbanístico da capacidade do sistema de drenagem e de um tratamento de efluentes autónomos e que garanta os parâmetros de qualidade de descarga definidos pela autarquia; - Estabelecer critérios para o licenciamento de iniciativas turísticas, de modo a assegurar a integridade física e paisagística dos ecossistemas; - Promover a elaboração de planos municipais de redução do ruído; - Assegurar o acompanhamento e realização de estudos de impacte ambiental ou de incidências ambientais de todos os projetos enquadrados neste âmbito, como os Planos de urbanização, as Zonas Industriais, e áreas em expansão a criar com uma área superior a 10 ha. Imposição da existência de Planos de Gestão de Resíduos em Obra para a execução destas obras e fiscalização apertada do seu cumprimento; - Programar e coordenar as atividades de construção, especialmente as que originam ruído elevado, tendo sempre em atenção as funções desenvolvidas nas zonas próximo da obra (especialmente junto a áreas residenciais);

Fator Crítico para a Decisão	Diretrizes e Medidas de Minimização
	<ul style="list-style-type: none"> - Definir um horário de trabalho adequado, com a interdição de realização de atividades de construção que originem níveis de ruído elevado (como exemplo, a circulação de veículos pesados e trabalhos que recorram a maquinaria ruidosa deverão ser interditos das 20h às 7h, e durante os fins-de-semana e feriados); - Implementar um programa de monitorização que permita uma determinação periódica dos níveis de ruído nos estaleiros e nas zonas residenciais adjacentes às obras; - Introdução de medidas de gestão de tráfego com repercussões ao nível do ambiente acústico; - Dinamizar a utilização de transportes públicos; - Assegurar o desassoreamento das linhas de água; - Implementar sistemas de Energias renováveis e de Certificação energética em edifícios da autarquia, assim como assegurar a eficiência energética dos mesmos, apelando a um uso racional de energia e à redução de emissões de CO₂; - Garantir às autoridades competentes informação sobre a localização e identificação dos fatores de risco existentes - Integração paisagística nas zonas de fronteira das áreas industriais, de armazenamento e serviços, através da criação de cortinas arbóreas de proteção visual e de poluição sonora e de poluição da qualidade do ar. Estas cortinas deverão conter uma diversidade de espécies arbóreas e arbustivas e contribuem para a redução dos efeitos do ruído e do vento. Estes espaços deverão ser devidamente conservados de modo a não aumentarem os riscos de propagação de incêndios florestais;
Riscos Naturais e Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> - Adotar medidas conducentes à resolução de problemas de contaminação; - Atualizar o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e implementar as medidas de vigilância e de reflorestação de áreas ardidas a estabelecer pelo PMDFCI; - Promover em terrenos privados a reflorestação com espécies autóctones; - Assegurar o desassoreamento das linhas de água, uma vez que o assoreamento dos canais artificiais promove o aumento da frequência das inundações; - Promover a limpeza e desobstrução das margens e leitos de linhas de água e dos coletores pluviais, de modo a prevenir a ocorrência de inundações.
Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de estudos de caracterização e de distribuição das espécies e dos habitats com estatuto de proteção ou com interesse conservacionista, presentes no município de Penamacor, fora dos limites da área integrante no SNAC; - Monitorização da invasão por acácia e outras arbóreas invasoras nas áreas florestais do concelho, principalmente em áreas afetadas por incêndios; - Apoio à conservação das manchas de autóctones folhosas existentes e à plantação segundo modelos de silvicultura preferenciais propostos no PROF-BIS; - Apoio as medidas de combate a pragas fitossanitárias das florestas que venham a ser implementadas; - Proposta de medidas de salvaguarda dos valores paisagísticos face à possibilidade instalação de parques eólicos em áreas sensíveis (e.g. definir áreas de exclusão). - Apoio à divulgação e valorização do recurso cinegético como potencial para o desenvolvimento económico do município.
Património Cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de novos mecanismos de incentivo (p. ex. redução das taxas municipais) à recuperação do património edificado existente em detrimento de novas construções; - Proposta de Classificação de alguns elementos como Imóveis de Interesse Municipal, fortalecendo a sua proteção. - Estabelecer critérios para o licenciamento de iniciativas turísticas no Património edificado, de modo a assegurar a integridade dos elementos arquitetónicos dos edifícios; - Aproveitamento do potencial turístico do património arqueológico e arquitetónico do concelho.

12 SÍNTESE DO QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A ACÇÃO

De seguida apresenta-se o Quadro de governança para o PDM de Penamacor (Quadro 9), destinado a estabelecer as responsabilidades das entidades envolvidas no sentido de garantir o cumprimento dos objectivos definidos relativamente aos fatores críticos de decisão estabelecidos no âmbito da AAE, bem como à concretização das diretrizes propostas.

Quadro 9 – Síntese do Quadro de Governança para a Acção para o Plano Diretor Municipal de Penamacor

Entidades	Responsabilidades
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar a fase de monitorização do Plano; - Desenvolver e manter atualizadas as estimativas regionais de emissões de gases com efeito de estufa (CO₂) e o potencial de aproveitamento regional de fontes de energia renovável; - Elaborar os Inventários Anuais das Emissões Gasosas da Zona Centro; - Fomentar e apoiar os processos de participação pública; - Garantir a implementação dos diversos Planos Regionais de Ordenamento do Território; - Manter atualizadas as orientações regionais ao nível das várias políticas sectoriais (FCD) e monitorizar a sua aplicação; - Manter atualizadas as perspetivas de desenvolvimento urbano do território regional, assegurando o cumprimento das condicionantes regionais nesta matéria.
Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa	<ul style="list-style-type: none"> - Articular investimentos de interesse intermunicipal, através, nomeadamente, da contratualização da gestão de projetos comunitários no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) para o período de programação financeira 2007-2013 e outros que lhe sigam.
Agência Portuguesa do Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar o Plano de Ordenamento da Albufeira da Meimoa; - Gestão do Aproveitamento Hidroagrícola de Cova da Beira; - Manter atualizadas as orientações regionais em matéria de proteção e valorização dos recursos hídricos; - Manter atualizado o sistema de monitorização e informação sobre os recursos hídricos a diferentes escalas de planeamento.
Direção Regional da Agricultura e Pescas do Centro	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio aos agricultores que queiram beneficiar do Aproveitamento Hidroagrícola de Cova da Beira.
ICNF	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar os processos de avaliação dos efeitos da implementação das estratégias, medidas e ações previstas no Plano, bem como de outras intervenções susceptíveis de terem efeitos negativos sobre os valores naturais presentes; - Apoiar as associações na criação e gestão das Zonas de Caça Associativa ou Turística; - Apoio aos diferentes desafios impostos às ZIF; - Fomentar uma gestão adequada dos recursos florestais com vista à prevenção dos incêndios florestais, a multifuncionalidade da floresta e promoção das espécies de crescimento lento e controlo das exóticas invasoras no município; - Fomentar uma gestão adequada dos recursos florestais com vista à prevenção dos incêndios florestais, a multifuncionalidade da floresta, reconversão dos povoamentos de resinosas e eucalipto em floresta autóctone nas áreas de Espaços Florestais de Conservação e prevenção das exóticas invasoras no município ; - Gestão da área sujeita a Regime Florestal no município (Mata Nacional da Quinta da Nogueira); - Manter atualizado o Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata; - Promover a atualização da cartografia de espécies e habitats de espécies com interesse conservacionista presentes na área do Sítio Serra da Malcata e apoiar estudos da mesma índole que sejam efetuados noutros locais do concelho; - Promover a elaboração dos Planos de Ordenamento/ Gestão do Sítio Malcata e da ZPE Serra da Malcata; - Promover e apoiar ações de conservação dos valores naturais (espécies e habitats) presentes na área do Sítio Serra da Malcata; - Promover uma gestão sustentada dos recursos florestais do município.
Câmara Municipal de Penamacor	<ul style="list-style-type: none"> - Adotar práticas quotidianas de valorização ambiental e energética; - Apoiar as associações na criação e gestão das Zonas de Caça Associativa ou Turística; - Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no PDM decorram de forma sustentável; - Controlar a dispersão urbana fora dos perímetros urbanos e as tendências de expansão em zonas de risco e/ou em zonas de conflito potencial de uso do solo; - Controlar as perdas/fugas de água no abastecimento;

Entidades	Responsabilidades
	<ul style="list-style-type: none"> - Controlar os défices infra-estruturais existentes, nomeadamente ao nível do saneamento básico; - Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental; - Estabelecer orientações e metas municipais de proteção e requalificação ambiental e assegurar a sua monitorização; - Fomentar e apoiar os processos de participação pública; - Garantir a implementação dos diversos Planos Municipais de Ordenamento do Território; - Manter atualizadas as perspetivas de desenvolvimento da rede viária municipal, tendo em conta critérios de mobilidade e proximidade funcional; - Monitorizar a evolução dos riscos naturais decorrentes de fenómenos meteorológicos extremos e controlar a expansão urbana em função dos índices de vulnerabilidade municipal; - Promover a valorização e conservação do património natural e paisagístico do município; - Resolver de modo célere todas as infra-estruturas que asseguram a entrada em pleno dos novos equipamentos de saneamento e disponibilizar os dados de monitorização das redes e equipamentos;
<p>Autoridade Nacional de Proteção Civil - ANPC</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Manter atualizadas as informações sobre risco de incêndios e respetivos planos de emergência.
<p>Direção Geral do Património Cultural e Direção Regional de Cultura do Centro</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Cooperação com a CM de Penamacor no acompanhamento e conservação do património cultural; - Manter atualizada a informação disponibilizada, dando apoio e fiscalizando as intervenções sobre o património arquitetónico e arqueológico; - Prossecução dos processos de classificação de imóveis em curso.
<p>Juntas de Freguesia</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Fomentar diferentes formas de organização e participação pública.
<p>Associação de produtores florestais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão das ZIF's; - Implementação de práticas florestais que conduzam à criação de uma floresta de fins múltiplos e promovam a criação de mais valias para o município; - Implementação de práticas florestais que conduzam à reconversão dos povoamentos de resinosas e eucalipto em floresta autóctone, nas áreas de Espaços Florestais de Conservação.
<p>Organizações Não Governamentais - ONGAs</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar a monitorização da implementação do PDM em matéria de riscos naturais e tecnológicos; - Participar nos processos de consulta pública dos processos de planeamento e dos procedimentos de AIA.
<p>População em geral</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Adotar práticas quotidianas de valorização ambiental e energética; - Contribuir para o alcance das metas estabelecidas; - Empreendedorismo na criação de empresas/trabalho aproveitando as oportunidades criadas pelas medidas propostas no âmbito da revisão do PDM; - Participar ativamente na conservação dos valores naturais do seu município com vista à promoção de um desenvolvimento sustentável; - Participar ativamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente nos processos de Consulta Pública de processos de planeamento e AIA e propostas de classificação de imóveis.

13 PLANO DE SEGUIMENTO E QUADRO DE CONTROLO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

O plano de seguimento e controlo, como já mencionado, constitui uma contribuição fundamental para a fase de execução do PDM, pois permitirá acompanhar e avaliar os efeitos ambientais de natureza estratégica decorrentes da aplicação do plano, a identificação de resultados inesperados e a consequente adoção de medidas corretivas, dentro do quadro legal permitido. No Quadro 10 apresentam-se os principais indicadores de seguimento definidos no âmbito da AAE. O rol de indicadores definidos para cada Fator crítico será analisado anualmente (periodicidade mínima permitida) e o seu resultado encaminhado também anualmente à Agência Portuguesa de Ambiente.

Quadro 10 – Síntese do quadro de Seguimento e Controlo do presente Plano Diretor Municipal de Penamacor.

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base da AAE	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte
Ordenamento do Território	As Políticas económicas e as estratégias de desenvolvimento				
	Evolução da taxa de desemprego	%	-	8	2001/CCDR-C
	Evolução da taxa de crescimento efectivo	%	-	-2,68	2010/INE
	Evolução do Índice de Envelhecimento	%	-	538,7	2010/INE
	Índice de poder de compra - IPCC	%	-	52,53	2009/INE
	Evolução da cobrança de Imposto Municipal sobre Imóveis	€/habitante	-	34,5	2009/CCDR-C
	Evolução da ocupação de solo industrial disponível	ha/%	52,4/100%	26,8/-	2012/ Proposta revisão do PDM
	Evolução da capacidade de alojamento (nº unidades/nº de quartos)	Nº	-	3/21 ¹	2012/ CM Penamacor, Turismo de Portugal
	Evolução das explorações geológicas em atividade	ha	-	0	2012/ CM Penamacor
	Evolução da taxa bruta de escolaridade – pré-escola	%	-	109,6	2009/2010 / CCDR-C
	Evolução da taxa bruta de escolaridade – ensino básico	%	-	320,5	2009/2010 / CCDR-C
	Evolução da taxa bruta de escolaridade – ensino secundário	%	-	86,2	2009/2010 / CCDR-C
	Evolução do número de médicos por mil habitantes	Nº médicos/1000 habitantes	-	1,3	2010/CCDR-C
	Instrumentos de gestão territorial				
	Evolução da área de solo classificado como espaços urbanos	ha	-	578,4	2012/ Situação Existente – CM Penamacor
	Ocupação agrícola nos territórios abrangidos pelos blocos de rega do AHCB	ha (% do total)	-	2178,9 (95,9%)	COS, 2007 – CM Penamacor
	Condicionantes, áreas naturais				
	Evolução das áreas de Reserva Agrícola Nacional	ha	-	5 657 ha	2012/ Proposta revisão do PDM
	Evolução das áreas de Reserva Ecológica Nacional	ha	-	14 959 ha (REN Bruta)	2012/ Proposta revisão do PDM
	Acessibilidades e Mobilidades				
Nº de edifícios públicos com condições de acesso a pessoas com mobilidade condicionada	Nº	-	-	-	
Evolução da rede viária proposta para construção	km	4,91 ²	0	2012/ Proposta revisão do PDM	
Qualidade Ambiental	Abastecimento de Água				
	Cobertura da rede de abastecimento de água	%	PEAASAR: ≥ 99%	100	2012/ CM de Penamacor
	Porcentagem do número total de análises realizadas à água tratada cujos resultados ultrapassam o limite permitido	%	PEAASAR: < 1%	0,7	2012/ CM de Penamacor

¹ Não se encontra contabilizado o Hotel Palace & SPA, por ainda não se encontrar em pleno funcionamento.

² Apenas contabilizado a nova via de acesso à UOPG5.

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base da AAE	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte
	Percentagem de perdas na rede de abastecimento de água	%	--	30	2012/ CM de Penamacor
	Drenagem e tratamento de águas residuais				
	Cobertura da rede de drenagem de águas residuais	%	PEAASAR: 85% (2013)	100	2012/ CM de Penamacor
	Eficiência do tratamento realizado	%	--	--	--
	Percentagem de reutilização de águas residuais tratadas	%	--	0	2012/CM Penamacor
	Recursos hídricos				
	Qualidade da água subterrânea	A ₁ , A ₂ , A ₃		A ₃	2012/ SNIRH
	Número de edifícios públicos com aproveitamento de águas pluviais	N.º	--	0	2012/ CM de Penamacor
	Recolha e tratamento de RSU				
	Cobertura da rede de recolha de RSU	%	--	95	2012/ 2012/ CM de Penamacor
	Cobertura e nº de equipamentos da recolha selectiva dos resíduos				
	Cobertura da recolha selectiva	ecoponto/Hab	1/500 habitantes	1/325	2012/ CM de Penamacor
	Nº de equipamentos	Nº	--	18	2012/ CM de Penamacor
	Quantificação de recicláveis	ton	Aumento de 25% até 2016 PERSU II		
	Vidro	ton	--	104,14	2010/ Resiestrela
	Papel/cartão	ton	--	33,82	2010/ Resiestrela
	Plástico/Metal	ton	--	19,60	2010/ Resiestrela
	Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos			11,50	2010/ Resiestrela
	Monstros/Ferrosos			9,22	2010/ Resiestrela
	Poluição sonora				
	Nº de queixas apresentadas pelos munícipes relativas ao ruído	N.º	--	1	2012/ CM de Penamacor
	Eficiência Energética				
	Nº de edifícios da autarquia alvo de RCESE/RCCTE com classe igual ou superior a B-	N.º	PNAEE (20%)	0	2012/ CM de Penamacor
	Número de Edifícios autárquicos alvo de Microgeração	N.º	PNAEE (50%)	0	2012/ CM de Penamacor
	Concretização das medidas propostas para fontes de energia renováveis	N.º	--	--	--
Riscos Naturais e tecnológicos	Incêndios				
	Evolução da área ardida	ha	--	248,7	2010/AFN
	Áreas urbanizáveis inseridas em locais com perigosidade de incêndios elevada	ha	--	0	2012
	Erosão dos solos				
	Áreas urbanizáveis inseridas em locais com risco de erosão	ha	--	0	2012
	Cheias				
	Evolução da área com risco de cheia e zonas inundáveis	ha	--	Risco de cheia: 1989 ha Zonas Inundáveis: 226,7 ha	2012/Planta de Condicionantes
	Áreas urbanizáveis inseridas em locais com risco de cheia e zonas inundáveis	ha	--	0	2012
	Risco Tecnológico				
População e bens vulneráveis a riscos naturais e tecnológicos	ha	--	--	--	

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base da AAE	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte
	Número de acidentes com substâncias perigosas	N.º	--	0	2012/ ANPC
	Número de acidentes Industriais	N.º	--	0	2012/ ANPC
	Número de disfunções ambientais	N.º	--		2012
Biodiversidade	Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN)				
	Número de planos de Gestão e/ou Acção propostos ou em vigor	N.º	-	2	2012/ ICNB
	Diversidade de espécies e habitats				
	Número de árvores de interesse público	N.º	-	0	2012/ICNF e CM de Penamacor
	Estrutura Ecológica Municipal				
	Representatividade da área ardida sobre a EEM	ha	-	0 (em 2010)	2010/ ICNF
	Gestão e conservação da floresta				
	Reconversão de povoamentos florestais em floresta autóctone nos Espaços Florestais de Conservação	ha	3 141 ha	0	2010/ ICNF/CM de Penamacor
	Invasão de áreas florestais ardidas por acácias e outras exóticas florestais.	ha	-	0	2010/ ICNF/CM de Penamacor
	Paisagem				
	Expressividade do solo rural transformado em solo urbano	ha/%	-	-	2011/ CM de Penamacor
	Número de intrusões paisagísticas concretizadas	Nº	-	-	2011/ CM de Penamacor
	Valorização dos recursos cinegéticos				
Número de zonas de caça turística no município	Nº/ha	-	7 / 15 799ha	2011/ ICNF	
Património Cultural	Valores arqueológicos e arquitectónicos				
	Património arquitectónico classificado	Nº	-	3	2012/ CM de Penamacor & DGPC (ex-IGESPAR)
	Património arqueológico classificado	Nº	-	0	2012/ CM de Penamacor & DGPC (ex-IGESPAR)

14 CONCLUSÃO

A presente AAE teve o seu contributo para encontrar opções estratégicas/territoriais de um nível mais elevado de sustentabilidade, na medida em que os objetivos estratégicos da revisão do PDM inicialmente definidos estavam bastante condicionados ao universo dos problemas demográficos do município e como tal redutores de uma estratégia mais global avançada e ambicionada na revisão do PDM.

O município de Penamacor apresenta um modelo de desenvolvimento assente na diversificação das atividades económicas no município como forma de combater as dificuldades na fixação de empresas e pessoas que têm contribuído para a significativa perda de população que o município sofreu nas últimas décadas.

Os Objectivos Estratégicos definidos no âmbito da revisão do PDM de Penamacor refletem este modelo de desenvolvimento, que se concretizam em medidas como infraestruturas para instalação de atividades económicas, apoio ao desenvolvimento e diversificação da oferta turística, a aposta na qualificação de pessoal para tratamento da população sénior, valorização do sector agrícola. Acredita-se que a proposta de ordenamento e o modelo de desenvolvimento económico proposto para o concelho irá contribuir para a atracção e fixação de pessoas no município. O presente estudo assinala um balanço que pende significativamente a favor das oportunidades e efeitos positivos identificados com a revisão do PDM em apreciação.

Com vista à minimização dos efeitos ambientais negativos de índole estratégica e à potenciação das oportunidades identificadas foram apresentadas Diretrizes de gestão e medidas de minimização, um Quadro de governança e ainda um Plano de seguimento e controlo da aplicação do PDM que interessa atender.

Assim, o novo PDM, acompanhado do Relatório Ambiental (e respetivo Resumo Não Técnico), será apresentado a Consulta Pública, após a qual será elaborada a Declaração Ambiental deste processo para apresentação na Agência Portuguesa de Ambiente e ao público em geral.

Pela equipa,

Coimbra, 02 de Julho de 2012.



Nuno Maria Brilha Vilela

(Biólogo, MSc Economia Ecológica)